



Para Belém vai seguir um documento da CGTP com a identificação de oito motivos de inconstitucionalidade, entre eles, a suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos e a sobretaxa de 3,5%.



Orçamento passa para as mãos de Cavaco com dúvidas constitucionais

Presidente já desencadeou a análise constitucional do documento para evitar riscos.

Márcia Galvão e Lígia Simões
marcia.galvao@economico.pt



O Orçamento do Estado para 2013 (OE/13) vai ser hoje aprovado pelo Parlamento sem alterações nas grandes linhas que suscitam dúvidas constitucionais e a expectativa aumenta: vai ou não o Presidente da República ceder às pressões públicas e enviar o documento para o Tribunal Constitucional?

Cavaco já disse que não se sente pressionado, mas o Diário Económico sabe que já desencadeou a análise constitucional às grandes linhas da proposta do OE/13. A ideia do Presidente, ao que tudo indica, foi ganhar margem para influenciar alterações ao documento antes de chegar a Belém, diminuindo assim os seus riscos.

O envio para o Constitucional parece ser incontornável e a grande dúvida, neste momento, é se o pedido será prévio ou su-

cessivo à promulgação. Caso seja Cavaco a tomar a iniciativa, o Diário Económico sabe que o Presidente quer ter a certeza que as normas sobre as quais levantar dúvidas dificilmente serão chumbadas, já que não quer ser responsável por deixar o país sem Orçamento.

E nem o problema do tempo o impede. O Presidente da República pode pedir a fiscalização prévia sem colocar em causa a entrada em vigor do documento a 1 de Janeiro, basta, para isso, impor ao TC um prazo curto de análise. Além disso, os constitucionalistas ouvidos recentemente pelo Diário Económico sublinharam que os juizes já devem ter, nesta altura, uma ideia do que pensam sobre as várias normas polémicas do OE/13. E mesmo que chumbem alguma, se o fizerem num prazo de urgência, o Parlamento tem tempo para a correção, desde que a faça em poucos dias e trabalhe durante a época natalícia.

Não é de estranhar, por isso, que na audiência "de cortesia" com o Presidente da República

no passado dia 5 de Novembro, possa ter sido solicitado por Cavaco ao presidente do TC, Joaquim Sousa Ribeiro, uma análise preliminar à proposta do OE/13, por forma a poder avançar no trabalho de fiscalização às medidas de ajustamento orçamental, assegurando assim



Joaquim Sousa Ribeiro
Presidente do TC

Vivemos tempos em que (...) as exigências de uma Constituição claramente comprometida com os direitos sociais (...) se confrontam com a necessidade, sentida pelos decisores políticos (...) de efeitos contracionistas de prestações públicas e redutoras de rendimentos privados".

uma resposta urgente.

O próprio Sousa Ribeiro à saída deixou bem claro que está atento às dúvidas que têm sido manifestadas: "Vivemos tempos em que desabam, fragorosamente, certezas tidas por solidamente construídas, e em que as exigências de uma Constituição claramente comprometida com os direitos sociais, como direitos de cidadania, se confrontam com a necessidade, sentida pelos decisores políticos como imposta por razões de reequilíbrio orçamental, de efeitos contracionistas de prestações públicas e redutoras de rendimentos privados, em particular os do trabalho", disse.

Certo é que Cavaco se tem munido de "pareceres jurídicos aprofundados", como o próprio assumiu que ia fazer há duas semanas. Deixou ainda o aviso de que o país "precisa" de ter um Orçamento em vigor a 1 de Janeiro "sem quaisquer dúvidas de constitucionalidade". E se há coisa que tem sido insistentemente questionada por várias franjas da sociedade é exacta-

mente essa constitucionalidade.

Neste fim-de-semana foi a vez do PCP aceitar o desafio do Bloco de Esquerda e assumir que se juntará num pedido de fiscalização sucessiva para o Tribunal Constitucional, caso o Presidente nada faça, embora Jerónimo de Sousa tenha sublinhado que preferia que Cavaco vetasse o OE/13. À ala mais à esquerda do Parlamento deverão juntar-se, pelo menos, os deputados socialistas que, no ano passado, desencadearam o processo que levou ao chumbo do corte dos subsídios na Função Pública para o próximo ano, sob a liderança do ex-ministro da Justiça Alberto Costa.

Para Belém vai seguir um documento da CGTP com a identificação de oito motivos de inconstitucionalidade, entre eles, a suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos e a sobretaxa de 3,5%. Segundo Arménio Carlos o documento será entregue quando for agendada a reunião já pedida há vários dias ao Presidente da República. ■ com C.O.S.

**OS PONTOS QUE
GERAM DÚVIDAS****Progressividade**

A diminuição dos escalões do IRS é um dos pontos que mais dúvidas constitucionais tem levantado. "Elevar os rendimentos mais baixos a um escalão superior e colocar no mesmo escalão quem pertence à classe média e quem recebe rendimentos muito superiores, correspondentes por vezes a cinco, ou dez vezes mais do que quem pertence à classe média, claramente viola o princípio da progressividade", defendeu Jorge Miranda.

Igualdade escalões

A violação do princípio da igualdade pode estar em causa pelo facto de este Orçamento não permitir aos escalões mais elevados, por exemplo, deduzirem despesas de saúde e educação em sede de IRS. Ainda assim, tanto neste como noutros pontos, o sócio da PLMJ Tiago Duarte considera que "as questões de inconstitucionalidade estão na fronteira" e é "muito difícil antecipar a decisão do TC".

Cortes na FP

O Tribunal Constitucional chumbou o corte dos subsídios na Função Pública para o próximo ano, considerando que estava em causa o princípio da igualdade na tributação. Só que o facto de o Governo manter o corte num dos subsídios na Função Pública, não replicando a mesma medida no sector privado, pode voltar a levantar a mesma questão constitucional.

Direito à propriedade

Um dos pontos que pode ser levantado junto do TC prende-se com o direito à propriedade, em que pode estar em causa saber se há ou não um limite máximo ao esforço tributário pedido a um cidadão que tenha sido ultrapassado. Quando se corta mais de 50% do rendimento de um cidadão, como acontece nos escalões mais altos, isso pode estar em causa, lembrou Tiago Duarte, da PLMJ.